



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
FACULDADE DE LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES - FALLA
CURSO DE LETRAS-PORTUGUÊS**

DAMARA ELLEM SILVA CHAGAS

**LITERATURA E EDUCAÇÃO CONTRA O AUTORITARISMO: “*OUTROS
CANTOS*”, DE MARIA VALÉRIA REZENDE**

**CAMPINA GRANDE
2024**

DAMARA ELLEM SILVA CHAGAS

LITERATURA E EDUCAÇÃO CONTRA O AUTORITARISMO: “*OUTROS CANTOS*”, DE MARIA VALÉRIA REZENDE

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Faculdade de Linguística, Letras e Artes da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Letras-Português.

Área de concentração: Literatura.

Orientadora: Profa. Dra. Kalina Naro de Guimarães.

**CAMPINA GRANDE
2024**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C433I Chagas, Damara Ellem Silva.
Literatura e educação contra o autoritarismo [manuscrito] :
"Outros cantos", de Maria Valéria Rezende / Damara Ellem
Silva Chagas. - 2024.
23 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras
Português) - Universidade Estadual da Paraíba, Faculdade de
Linguística, Letras e Artes, 2024.

"Orientação : Profa. Dra. Kalina Naro Guimarães,
Coordenação do Curso de Letras Português - CEDUC. "

1. Educação emancipadora. 2. Literatura. 3. Autoritarismo.
4. Sociedade. I. Título

21. ed. CDD 808

DAMARA ELLEM SILVA CHAGAS

LITERATURA E EDUCAÇÃO CONTRA O AUTORITARISMO: "OUTROS CANTOS", DE
MARIA VALÉRIA REZENDE

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado à Faculdade de Linguística, Letras
e Artes da Universidade Estadual da Paraíba,
como requisito parcial à obtenção do título de
Licenciatura em Letras-Português.

Área de concentração: Literatura.

Aprovada em: 27/06/24.

BANCA EXAMINADORA

Kalina Naro Guimarães
Profª. Dra. Kalina Naro Guimarães (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Ana Lúcia Maria de Souza Neves
Profª. Dra. Ana Lúcia Maria de Souza Neves
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Silvana Kelly Gomes de Oliveira
Profª. Dra. Silvana Kelly Gomes de Oliveira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Às mulheres aguerridas da minha vida, Rita (in memoriam), Ednalba, Dandara, Elisângela, Edilândia e Penélope, por me lembrarem sempre que nada cala a voz de uma sertaneja, DEDICO.

“Quanto mais me dedicava a aprender, compreender e ensinar, mas eu percebia quão longo seria o caminho, mas eu queria, sim, ficar ali, cumprindo o papel que me deram eles de lhes ensinar contar histórias, ou o que me tinham dado os companheiros, de mudar a História, sob a máscara da professora que o governo mandou para ensinar gente grande a ler, livro nenhum por enquanto, todos os livros do mundo em um dia, depois, e esperando chegarem a hora e os sinais da possibilidade de mudar o que produzia tantas dores, sem perder, porém, o que era só beleza”. (Rezende, 2016, p. 144).

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA	8
3	LITERATURA E SOCIEDADE	10
4	AUTORITARISMO E ENSINO	12
5	<i>OUTROS CANTOS, UMA NARRATIVA QUE CAMINHA PARA A</i> LIBERDADE	14
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
	REFERÊNCIAS	2

LITERATURA E EDUCAÇÃO CONTRA O AUTORITARISMO: “OUTROS CANTOS”, DE MARIA VALÉRIA REZENDE

LITERATURE AND EDUCATION AGAINST AUTHORITARIANISM: “OUTROS CANTOS”, BY MARIA VALÉRIA REZENDE

Damara Ellem Silva Chagas¹

RESUMO

Nesta pesquisa, pretende-se analisar como a literatura e a educação apresentam-se como ferramenta contra o autoritarismo no romance “Outros Cantos” (2016), da escritora Maria Valéria Rezende. Para tanto, o presente trabalho acentua o lugar que a educação ocupa na obra, discutindo seu papel na ditadura militar, considerando a realidade social, cultural, histórica e política que cerca a pequena região de Olho d’Água, no nordeste brasileiro. Neste contexto, discute-se como a narrativa de Rezende possibilita a discussão da educação enquanto estratégia para a emancipação dos sujeitos presentes no enredo por meio dos métodos educacionais utilizados em sua passagem pelo vilarejo. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, tendo como objeto de análise a obra em questão. O escopo teórico utilizado fundamenta-se nas ideias de Freire (1967), hooks (2017), Candido (1995), Schwarcz (2019), entre outros. Ao final do trabalho, demonstra-se que a obra da autora apresenta concepções de educação baseadas em uma perspectiva libertadora e emancipatória, desenvolvendo no leitor uma visão mais consciente e crítica não apenas sobre o contexto atual em que vivem, mas como uma forma de não silenciar o passado.

Palavras-chave: Maria Valéria Rezende; educação emancipadora; literatura e sociedade; autoritarismo.

ABSTRACT

This research aims to analyze how literature and education are presented as tools against authoritarianism in the novel “*Outros Cantos*” (2016), by the writer Maria Valéria Rezende. To this end, the present work emphasizes the place that education occupies in the work, discussing its role in the military dictatorship, considering the social, cultural, historical and political reality that surrounds the small region of Olho d’Água, in northeastern Brazil. In this context, it discusses how Rezende’s narrative enables the discussion of education as a strategy for the emancipation of the subjects present in the plot through the educational methods used in her passage through the village. This is a bibliographical research, having as the object of analysis the work in question. The theoretical scope used is based on the ideas of Freire (1967), hooks (2017), Candido (1995), Schwarcz (2019), among others. At the end of the

¹Graduanda em Letras – Língua Portuguesa, pela Faculdade de Linguística, Letras e Artes - FALLA da Universidade Estadual da Paraíba – Campus I. E-mail: damara.chagas@aluno.uepb.edu.br

work, it is demonstrated that the author's work presents conceptions of education based on a liberating and emancipatory perspective, developing in the reader a more conscious and critical vision not only about the current context in which they live, but as a way of not silencing the past.

Key-words: Maria Valéria Rezende; emancipatory education; literature and society; authoritarianism.

1 INTRODUÇÃO

O tema desta pesquisa surgiu após o percurso realizado durante a minha vivência acadêmica no curso de Letras – Português, em especial através do contato com as leituras não-hegemônicas, principalmente de autoria feminina. Elas contribuíram não apenas para a minha formação acadêmica e profissional, mas também reforçaram a necessidade de promover mudanças na educação, com fins à inclusão de culturas que dialoguem com os grupos oprimidos, em prol de sua emancipação. Nessa esteira, a educação é um tema constante nas obras de Maria Valéria Rezende, autora que busca através da literatura dar voz aos sujeitos e lugares marginalizados socialmente.

Dessa maneira, o objetivo deste estudo é investigar como a educação e a literatura são apresentadas no romance “*Outros cantos*” (2016), de Maria Valéria Rezende, de modo a constituírem trincheira contra o avanço do autoritarismo. Para isso, debatemos o conceito de educação emancipatória do ponto de vista teórico; a concepção de autoritarismo; e a importância da literatura e sociedade na luta por uma educação como “prática da liberdade” (Freire, 2020).

Tendo em vista o referido objetivo, efetivamos uma pesquisa qualitativa, de metodologia bibliográfica, na qual, num primeiro momento, apresentamos alguns conceitos teóricos que norteiam a análise posterior. Dessa maneira, discutimos o conceito de *educação emancipatória* a partir da ótica de Freire (1967) e hooks (2017), refletindo, posteriormente, sobre as implicações desse conceito na literatura produzida por Maria Valéria Rezende. Em seguida, discutimos o *direito à literatura*, tendo como aporte teórico as considerações de Candido (1995). Além disso, abordamos o conceito de *autoritarismo* discutido por Schwarcz (2019). Considerando essas questões iniciais, analisamos a obra “*Outros cantos*”, de Rezende, que está intrinsecamente ligada à importância da educação na propagação de uma literatura que aproxima o leitor e o faz refletir sobre o papel do literário enquanto instrumento de emancipação.

Maria Valéria Rezende nasceu na cidade de Santos – SP, mas vive em João Pessoa – PB desde 1986. Formada em Língua e Literatura Francesa, Pedagogia e mestre em Sociologia, dedicou-se à Educação Popular e ao trabalho com jovens e adultos percorrendo o nordeste esquecido. A autora aborda em suas obras questões como educação, o papel da mulher militante, violências de gênero, sororidade, desigualdades sociais, entre outros. Além disso, é tradutora e lidera o Movimento Mulherio das Letras, em João Pessoa (PB). Apesar de ter nascido em uma família de literatos, a escritora só iniciou sua trajetória aos 60 anos com a publicação de “*Vasto Mundo*” (2001). Com “*Outros Cantos*”, a autora venceu em 2017 os prêmios Jabuti, na categoria Romance, São Paulo de Literatura, na categoria Melhor Livro de Romance do Ano e Casa de Las Américas, na categoria Literatura Brasileira.

Outros Cantos, publicado em 2016, é construído sob a perspectiva de uma mulher militante que traz à tona, via memória, uma narrativa situada em um doloroso momento na história do Brasil, a ditadura civil-militar. Na obra, a professora Maria é uma personagem-narradora que, através da memória, conta suas vivências enquanto militante durante o período ditatorial, exercendo a profissão de educadora de maneira descentralizada através da educação popular. É através das lembranças de Maria que percorremos alguns

caminhos esquecidos e castigados, como Olho d'Água, no sertão nordestino. É por meio de um disfarce de professora do Mobral, projeto de alfabetização de adultos criado pelo governo militar na década de 1970, que a educadora consegue adentrar o universo daqueles que ali moram, construindo coletivamente possibilidades de mudança através do diálogo e da educação.

Posto esse apanhado do romance, o artigo propõe, através da narrativa de Rezende, analisar como a educação e a literatura se fazem importante na resistência contra o autoritarismo, pensando sobre o papel do professor e a formação do homem, especialmente dentro de um contexto de regime ditatorial.

2 EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA

O conceito de educação vem sendo discutido por estudiosos em diferentes perspectivas. Essa discussão acontece principalmente quando pensamos no papel da educação enquanto possibilidade de mudança. O Brasil vivenciou vários acontecimentos políticos e sociais, entre eles a proliferação de Estados ditatoriais. A ditadura militar foi o regime político em que as Forças Armadas orquestraram um golpe e mantiveram em suas mãos o poder do Estado. O período ditatorial durou de 1964 a 1985, sendo marcado por prisões arbitrárias, torturas e assassinatos. Além disso, veículos de comunicação e qualquer expressão literária e artística considerados progressistas eram censurados. Diante desse contexto, a educação passou por inúmeras mudanças, não apenas em seus currículos, mas em suas definições. Esses processos de transformação refletem em uma relação entre a educação e a sociedade.

Pensando em uma educação como prática da liberdade, Freire (2020), patrono da educação brasileira, afirma que é necessário que a educação possibilite ao sujeito uma experiência formadora, ou seja, ele precisa assumir o seu lugar enquanto produtor do saber. Para ele, ensinar não é transferir conhecimento, isto é, o educador deve proporcionar ao educando a construção desse saber de maneira mútua, pois não há como ensinar sem aprender, assim como não há como aprender sem ensinar. Este conceito concebe a educação como um processo transformador, desenvolvendo a autonomia do sujeito e objetivando a mudança social na construção de uma sociedade mais justa.

Para esse educador, essa definição é direcionada para a práxis pedagógica, partindo de uma perspectiva mais educacional. Para Freire (2019), a *práxis* configura-se como uma relação de ação-reflexão-ação, são esses os pilares da educação libertadora. Essa educação considera a aprendizagem coletiva em que o conhecimento é praticado no ato de ensinar e aprender, construindo uma relação dialógica entre os envolvidos na aprendizagem. Aqui, a educação prioriza o diálogo contra o autoritarismo para que o sujeito possa se libertar da opressão:

A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se, na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação. (Freire, 2019, p. 57).

A pedagogia Freireana fundamenta-se em categorias como *diálogo*, *conscientização* e *práxis*, aproximando-se de um conceito mais próximo do que seria a emancipação. Essa pedagogia é contrária às metodologias tradicionais da educação. Para ele, a educação que silencia é considerada bancária:

Na concepção “bancária” que estamos criticando, para qual a educação é o ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos, não se verifica nem pode verificar-se esta superação. Pelo contrário, refletindo a sociedade opressora,

sendo dimensão da “cultura do silêncio”, a “educação” “bancária” mantém e estimula a contradição. (Freire, 2019, p. 82).

Sendo assim, é imprescindível que o educador-educando possibilite o diálogo que discute contradições e problematiza a existência concreta. O papel do educador não é explicitar suas percepções, mas dialogar com o educando sobre as dele. As visões de mundo manifestam-se de diferentes formas, por isso é necessário compreender que o pensar e a linguagem se constituem. Em *Educação como prática da liberdade* (2019), Freire fala sobre conscientização, partindo de uma reflexão acerca dos déficits de nossa educação. Para ele, era importante que os sujeitos tivessem a oportunidade de uma alfabetização direta e ligada à democratização da cultura, pois eram nos *círculos de cultura* que se priorizava a realidade daqueles indivíduos e, assim, tomavam consciência. Segundo Freire (2020) a educação é “um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa” (Freire, 1967, p. 97). Isso significa que a educação deve ser compreendida para além da escola, pois a cidadania deve ser vivenciada em todos os contextos.

Tendo como base Freire, hooks (2013) ressalta a importância do fazer educativo de maneira que priorize a autonomia dos sujeitos sociais. Para a autora, a educação precisa estar vinculada em um projeto democrático e político, reforçando o engajamento a fim de promover o diálogo. Nesta perspectiva, a escola deve assumir o papel de construir uma educação emancipatória. Nas palavras de hooks:

A sala de aula, com todas as suas limitações, continua sendo um ambiente de possibilidades. Nesse campo de possibilidades, temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, de exigir de nós e dos nossos camaradas uma abertura da mente e do coração e que nos permita encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginamos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir. Isso é a educação como prática de liberdade. (hooks, 2013, p. 273).

Portanto, hooks, assim como Freire, reflete a escola em sua totalidade, discutindo questões como as desigualdades persistentes, a invisibilidade de alguns corpos no campo epistêmico e a importância de práticas pedagógicas que subvertem e constroem o pensar em uma ótica que rompe heranças coloniais.

Neste contexto, a educação deve libertar e despertar o senso crítico dos sujeitos sobre a realidade. Quando se fala em emancipação, é necessário enxergá-la como subsídio da mudança, seja ela social, econômica ou política. Freire reconhece a educação em um processo contraditório, pois ela humaniza e desumaniza, logo, precisa-se conceber o ser humano em suas diferentes dimensões para assim tomarem consciência da opressão, pois “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, os homens se libertam entre si, mediatizados pelo mundo” (Freire, 2005, p. 58).

A educação é primordial não apenas na escolaridade, mas na formação humana e do sujeito ético, na construção de sua relação com o trabalho, no reconhecimento da percepção do outro e na constituição de sua personalidade. Essas são só algumas das finalidades da educação que visa a preparação e integração dos sujeitos na vida pública. É importante não envolver apenas o sistema formal, mas o conhecimento dessa existência do ser social. A educação tem sua função social na vida dos seres, sendo uma das responsáveis pela formação de nossa autonomia, consciência de direitos, na construção de uma sociedade mais justa e é uma das grandes ferramentas na criticidade da desumanização em que vivemos no presente.

Um dos principais desafios da educação em uma perspectiva emancipatória é mostrar que essa aprendizagem pode ser humana e vai além dos resultados e a possibilidade de um ensino criativo. Na educação bancária, a escola é vista como um preparatório para o mercado de trabalho, esvaziando o pensamento reflexivo. O autoritarismo nesse currículo é evidenciado de muitas formas: os educandos, principais agentes do ensino, não são

considerados no processo de ensino-aprendizagem, tendo seus saberes e experiências desprezados; a escola participa da engrenagem política para o controle social, uma vez que suas ações buscam produzir mão-de-obra barata para o mercado, sem questionar as relações de trabalho e de governança social; o professor tem seu papel reduzido a transmissor de conhecimento acumulado, pouco participando das discussões em torno do currículo, etc. Tudo isso contribui para que o aluno perca o protagonismo em sua formação escolar e cidadã, reproduzindo, assim, práticas de silenciamento que cooperam na manutenção dos privilégios de certos grupos sociais hegemônicos.

A luta por uma educação libertadora é atravessada por desafios, por isso é importante que o educador compreenda a relação da educação com a sociedade, analisando o passado, presente e futuro, pensando nos alunos enquanto sujeitos que estão em constante processo para que, através da liberdade e do pensamento crítico, possam transformar a sua realidade social.

3 LITERATURA E SOCIEDADE

Sabemos que o conceito de literatura ganha definições diversas quando a relacionamos nos mais diferentes contextos. Para alguns teóricos, a literatura está relacionada à obra, autor e leitor, enquanto outros afirmam que ela está centralizada em aspectos textuais. Considerando a literatura enquanto fator social, não podemos pensá-la apenas através de elementos inerentes ao texto, mas enquanto produção cultural que atravessa a sociedade a partir das mais diversas formas de expressão. Antonio Candido, sociólogo e crítico literário, define literatura do seguinte modo:

Chamarei de literatura, da maneira mais ampla possível, todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações. (Candido, 1995, p. 174)

Para o autor, todos devem ter direito à literatura, pois é intrínseco do ser humano a necessidade de sonhar, imaginar e construir histórias próximas ou não à realidade circundante, sobre si mesmo ou sobre os outros. Essa concepção apresenta um viés que integra o sujeito autor e/ou consumidor de literatura à sociedade, pois nela o literário se faz presente em todos os níveis culturais, sendo possível promover a reflexão sobre o mundo. Nessa perspectiva, a literatura está colocada dialeticamente, pois compreende sua relação com a cultura e sociedade, para, assim, transformar realidades. Sobre isso, o autor discorre:

A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas. Por isso é indispensável tanto a literatura sancionada quanto a literatura proscrita; a que os poderes sugerem e a que nasce dos movimentos de negação do estado de coisas predominante. (Candido, 1995, p. 175).

Para o sociólogo, a literatura é um instrumento poderoso para a educação, pois as discussões consideradas indigestas para uma parte da sociedade aparecem significativamente nas manifestações literárias. Candido (1995, p. 178-179) distingue três dimensões constituintes da literatura: 1) *construção de objetos autônomos como estrutura e significado* 2) *forma de expressão, manifestando emoções e a visão de mundo dos indivíduos e grupos*, e 3) *forma de conhecimento, difusa e inconsciente*. Para o autor, o efeito dessas produções não está na estrutura textual, mas na relação desses três aspectos. Nesse sentido, a obra literária torna-se uma potencial ferramenta para propiciar a humanização, definida como:

Entendo aqui por humanização (já que tenho falado tanto nela) o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo,

o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante. (Candido, 1995, p. 182).

A organização da palavra seria o primeiro nível humanizador, pois é através da mensagem que somos impactados pela obra, isto é, a maneira pela qual a literatura nos toca está intrinsecamente ligada à estrutura através da qual o conteúdo é expressado. Posto isso, fala-se sobre as produções em que os autores assumem suas posições, resultando em uma literatura empenhada. Embora considere as obras eruditas com maior potencial humanizador, Candido fala sobre o papel das obras ditas menores nos movimentos literários. Para ele (2004, p. 182), essa obra é “constituída por textos de qualidade alta e textos de qualidade modesta, formando no conjunto uma massa de significados que influi em nosso conhecimento e nos nossos sentimentos”. Diante disso, é perceptível que, para o autor, tanto a literatura considerada clássica quanto a popular tem importância no sistema literário de uma sociedade, mostrando que, independente da sua configuração formal, o literário deve estar ao alcance de todas as massas sociais.

Em *A literatura e a formação do homem* (1972), o crítico discorre sobre a fruição da literatura enquanto necessidade básica para todos os seres humanos. Segundo ele:

A literatura propriamente dita é uma das modalidades que funcionam como resposta a essa necessidade universal, cujas formas mais humildes e espontâneas de satisfação talvez sejam coisas como a anedota, a adivinha, o trocadilho, o rifão. Em um nível mais complexo, surgem as narrativas populares, os cantos folclóricos, as lendas, os mitos. Em nosso ciclo de civilização, tudo isso culminou de certo modo nas formas impressas, divulgadas pelo livro, o folheto, o jornal, a revista: poema, conto, romance, narrativa romanceada. (Candido, 1972, p. 83).

Em síntese, para o autor, a difusão humanizadora das obras acontece de maneira mais proporcional quando vivemos em uma sociedade igualitária, a partir disso os sujeitos conseguem transformar significativamente suas realidades. Pensando na literatura enquanto ferramenta educadora, Candido esboça:

Seja como for, a sua função educativa é muito mais complexa do que pressupõe um ponto de vista estritamente pedagógico. A própria ação que exerce nas camadas profundas afasta a noção convencional de uma atividade delimitada e dirigida segundo os requisitos das normas vigentes. A literatura pode formar, mas não segundo a pedagogia oficial, que costuma vê-la ideologicamente como um veículo da tríade famosa, o Verdadeiro, o Bom, o Belo, definidos conforme os interesses dos grupos dominantes, para reforço da sua concepção de vida (Candido, 1972, p. 83).

Nesse sentido, o impacto da literatura na vida dos sujeitos vai além da necessidade de acesso à fantasia, pois ela contribui imensamente para o conhecimento crítico do mundo e de si mesmo, bem como para o desenvolvimento linguístico e da empatia, da sociabilidade, etc. Conforme o exposto, a literatura pode ser compreendida a partir das funções educacionais e da representação da realidade social. Na primeira, na perspectiva da formação da personalidade e a preparação para a vida social, mas nem sempre segundo a pedagogia cultural hegemônica. Nisso reside o potencial revolucionário da literatura, capaz de promover o questionamento sobre a elaboração da realidade e quais sujeitos estão autorizados a fazê-lo, conforme seus interesses.

Na segunda, relacionado à transformação sociocultural, pois não podemos compreender o sujeito em sua totalidade, mas em devir. A literatura deve ser um meio de oposição às relações alienantes, pois é na experiência literária que podemos nos rebelar contra a coisificação. Sobre a importância da poesia no processo de humanização, Adorno discorre que “têm sua grandeza unicamente em deixarem falar aquilo que a ideologia esconde. Seu

próprio êxito, quer elas queiram ou não, passa além da falsa consciência” (Adorno, 2003, p. 68). Nesse sentido, a literatura se faz importante não apenas por tratar da realidade, mas por denunciá-la e se opor à ela, contando a história a partir da ótica das pessoas que a viveram. Com isso, a sociedade pode, enfim, tomar conhecimento de fatos históricos, como a ditadura militar, sem distorções ou máscaras. Essas funções influenciam diretamente no ensino de literatura nas escolas, pois toda e qualquer mudança social pode acarretar em novos direcionamentos no sistema educacional.

4 AUTORITARISMO E ENSINO

Para compreender a importância da educação enquanto ferramenta transformadora, é preciso concebê-la em todos os aspectos sociais. Pensando nisso, é necessário destacar o autoritarismo para além da característica de um regime político, ou seja, é importante compreender a maneira como ele está difundido na sociedade brasileira e como ele se desenvolveu ao longo dos anos. Para tal discussão, fundamentamos nossa pesquisa a partir das análises de Schwarcz (2019) e da presença dessa temática nas obras freireanas.

Schwarcz, em *Sobre o autoritarismo brasileiro* (2019), discute alguns aspectos específicos sobre a história do Brasil. São abordados quatro pontos, sendo eles a colonização, a monarquia, a república e o presente. A autora discute a importância desses acontecimentos e personagens para a difusão do autoritarismo no país. Inicialmente, Schwarcz discute a necessidade de falar sobre esses fatores como uma forma de não esquecer o passado, repensar o presente e, assim, projetar um futuro democrático. Dessa forma, a historiadora busca analisar temas como escravidão e racismo, mandonismo, patrimonialismo, corrupção, desigualdade social, violência, raça e gênero e intolerância.

Para a autora, a *escravidão* e o *racismo* são, historicamente, marcadores de diferença. Ela enfatiza que não houve apenas a promoção de um sistema econômico, mas a proliferação de comportamentos e determinações de desigualdades sociais. Nesse sentido, é por meio do racismo enquanto instrumento ideológico que se reproduz a exploração. O *mandonismo*, segundo tópico analisado pela autora, reflete acerca da formação da sociedade patriarcal brasileira, analisando como o “senhor” influenciou diretamente as esferas sociais e políticas. No terceiro ponto, enquanto característica de um Estado, discute-se o *patrimonialismo*, como a relação entre sociedade e Estado, ou seja, o Estado é usado como ferramenta para fins privados. Para Schwarcz, nos períodos ditatoriais, o patrimonialismo constitui-se como elemento crucial na manutenção do poder das elites.

Para a historiadora, a *corrupção* é um elemento estruturante da sociedade. Sabe-se que os governos autoritários sempre inviabilizaram averiguações de denúncias sobre corruptos, fazendo com que a sociedade se tornasse refém de forças políticas. A *desigualdade social* é um fator fundamental para a discussão sobre autoritarismo. Sobre desigualdade, Schwarcz discorre:

O fenômeno da desigualdade é tão enraizado entre nós que se apresenta a partir de várias faces: a desigualdade econômica e de renda, a desigualdade de oportunidades, a desigualdade racial, a desigualdade regional, a desigualdade de gênero, a desigualdade de geração e a desigualdade social, presentes nos diferentes acessos à saúde, à educação, à moradia, ao transporte e ao lazer. (Schwarcz, 2019, p. 126).

Schwarcz lembra que a escravidão é responsável pelo sistema desigual no qual a renda e o poder são monopolizados. Para a autora, a desigualdade está articulada ao processo histórico brasileiro e a educação é uma importante ferramenta na luta de classes do Brasil. Quanto à *violência*, a pesquisadora cita o sistema escravocrata, a disputa pela posse de terra e

o genocídio dos povos originários como as principais causas de morte no país. Para Schwarcz, *raça e gênero*² são marcadores de diferença e fazem parte das estatísticas de violência no país.

São citados outros marcadores sociais como raça, geração, gênero etc. Para Schwarcz, o uso perverso dessas categorias geram racismo, misoginia e homofobia. A violência é fortemente endereçada à população negra e jovem, portanto, é preciso compreender que o autoritarismo está presente em todas as camadas sociais, mas o seu exercício é intensificado sobre os grupos subalternizados por meio da violência do estado, que garante a manutenção da desigualdade social.

Em seguida, Schwarcz discute a *intolerância*. A autora cita casos de racismo, feminicídio e homofobia como elementos que configuram a sociedade autoritária e patriarcal. Sobre a importância das diferenças na sociedade, a autora disserta:

Enquanto não se inventarem fórmulas melhores, aprender com a diferença continua sendo uma regra de ouro da cidadania e faz parte do fortalecimento das bases democráticas da sociedade brasileira. Já apostar na polaridade, incentivando a intolerância a partir da proliferação de discursos de ódio e que reforçam o binarismo social, significa ir contra o bem comum e trabalhar pela divisão que nos fará menos, nunca mais. (Schwarcz, 2019, p. 221).

Para finalizar, a historiadora fala sobre o futuro do autoritarismo no Brasil. Para ela, a democracia corre risco de retrocesso e, por isso, é preciso estar atento ao seu fortalecimento. Apesar de apresentar dados históricos que não diferem muito do presente, a historiadora se refere em muitos momentos à resistência e às conquistas obtidas pela sociedade. Para a autora (2019, p. 237), “toda crise é capaz de abrir uma fresta, pequena que seja, de esperança”. Com isso, ela destaca a importância da educação, da memória e da cultura na luta pela democracia.

O autoritarismo também foi um tema recorrente na reflexão do mais importante educador do Brasil, Paulo Freire. Em sua visão, é a educação que direciona o sujeito para a liberdade. Uma vez que ela é libertadora, os indivíduos dialogam e constroem a sua autonomia. A reflexão freireana centra-se no sujeito oprimido e silenciado, tornando o processo do aprendizado como prática para a emancipação. Considerando seu papel humanizador, espera-se que os sujeitos marginalizados possam superar essas amarras autoritárias. Para Freire (2003a, p. 89) “o autoritarismo é a ruptura em favor da autoridade contra a liberdade e a licenciosidade, a ruptura em favor da liberdade contra a autoridade”. É a educação que transforma, aniquila-se a sua experiência emancipatória quando a silenciam.

Assim como Schwarcz, Freire também discute o mandatismo na história brasileira. Para o educador (2003a, p. 92) “mandatismo é exatamente esse gozo irrefreável e desmedido pelo mando”, o que não condiz com a sua prática dialógica. Segundo Freire (2019), a autoridade e a liberdade devem estar presentes nas atividades pedagógicas, mas não devem ter um desequilíbrio. Quando há esse contraste, o autoritarismo se apresenta, anulando a sua liberdade. É a posição que o educador assume que permeará a educação enquanto instrumento de manutenção de uma sociedade autoritária.

Durante o golpe militar de 1964, o sistema educacional brasileiro era condicionado ao controle e repressão e, conseqüentemente, afastou-se de uma perspectiva social. Segundo Marilena Chauí (2001, p. 161), os professores das humanidades eram considerados perigosos para a sociedade, marca que ainda hoje percebemos nas instituições de ensino quando analisamos a posição que esses docentes ocupam em relação às outras áreas.

² O termo raça, conforme Almeida (2018), não faz sentido do ponto de vista biológico, como já demonstrou o projeto Genoma. Contudo, sob a ótica sociocultural e política, a categoria raça é utilizada como um dispositivo a partir do qual desigualdades materiais e simbólicas são produzidas e justificadas, mantendo o povo preto, indígena e outros grupos minoritários em condições de opressão. Quanto ao termo gênero, “é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” (Scott, 1995, p. 86).

Apesar dos poucos avanços, o período ditatorial reflete ainda hoje no desenvolvimento da educação no país. O sistema educacional muitas vezes continua indo contrário ao ensino que possibilita a criticidade. Sobre isso, Fernandes (1966b, p.94) disserta:

Os educadores de tendência inovadora encontram, eventualmente, ocasiões propícias para introduzir mudanças básicas em nossa política educacional. Mas não contam com meios para resguardar as inovações, tendo de assistir impotentes à deformação das medidas construtivas preconizadas ou de acomodar-se às forças que propugnam pela preservação de concepções educacionais anacrônicas, associando-se assim aos fatores de nosso atraso educacional.

Para o autor, existem forças políticas que impedem o pleno desenvolvimento da educação. Esse retrocesso impede que todos os cidadãos tenham direito à educação pública de qualidade. Pensar na desumanização é pensar em uma escola onde não há a construção de um pensamento crítico, fruto de representantes políticos que aprovam projetos que visam a eliminação do ensino que questiona. É preciso pensarmos a educação como ferramenta na construção de uma escola mais inclusiva, onde os alunos possam expressar suas opiniões para além dela e possam estudar fazendo interlocuções com seus colegas a partir de suas experiências enquanto sujeitos livres. Não há como humanizar estando desumanizado.

No ensino da literatura, a própria escolha dos textos define essa posição do educador. Quando as obras são transmitidas de maneira arbitrária ou selecionadas exclusivamente a partir de uma perspectiva canônica, diminui-se a possibilidade de aproximação dos educandos com a sua realidade, assim como da relação dialógica entre professor e aluno. De acordo com Freire (2019), o educador precisa estar ciente da sua formação ética no exercício da docência, para evitar que em vez de educação seja produzido treinamento; em vez de estudantes autônomos, sujeitos obedientes a quaisquer regras impostas pelo professor. Na trilha freireana, para promover uma educação libertadora, não podemos criar um ambiente excessivamente rigoroso em que o educador fala e o educando recebe; é preciso estabelecer um espaço de confiança para que o aluno exerça o seu protagonismo.

Ensinar é criar possibilidades para a produção do conhecimento, então não há como ser um educador coerente se não estiver aberto aos erros naturais desse processo. O ser humano é inacabado, então deve ser necessário um suporte que torne esses seres conscientes e transformadores, não aqueles que apenas recebem conteúdos. A nossa construção é feita a partir dos contextos em que estamos inseridos, logo, o respeito pela autonomia e dignidade é de suma importância. Essa postura exigente e muitas vezes autoritária pode acabar tornando o discente passivo, e não podemos anular e nem menosprezar os saberes que esse aluno já traz. Não podemos pensar em uma educação bancária, pois seria pensar em uma educação já existente, prezando apenas a manutenção de um poder. Precisamos exercer uma educação problematizadora, valorizando sempre os saberes advindos de suas próprias experiências e, assim, esperar uma transformação verdadeira.

Toda prática educativa demanda a existência de sujeitos, ou seja, o que aprende e o que ensina e o que ensina e aprende. A maneira como construímos a nossa aprendizagem é extremamente necessária em nosso processo de transformação, não apenas enquanto sujeito, mas enquanto sociedade. Por isso, a importância do estímulo, da reflexão e do pensamento crítico dos saberes. Professores e alunos precisam ter uma postura indagadora e entender que seus saberes são importantes igualmente. Apenas quando superarmos a visão que hierarquiza os saberes, poderemos ter uma educação mais libertadora e voltada para o aluno enquanto sujeito.

5 OUTROS CANTOS, UMA NARRATIVA QUE CAMINHA PARA A LIBERDADE

Outros Cantos, romance de Rezende, é uma obra ficcional que, através da narrativa escrita em primeira pessoa e da memória enquanto estrutura textual, convida o leitor a conhecer Maria, personagem de nome homônimo ao da escritora. Maria, uma senhora septuagenária, enuncia sua história por meio das suas lembranças, visitando constantemente o seu passado e o seu presente. A obra é iniciada com a personagem explanando sua jornada em um ônibus que cruza “mais uma vez um sertão” (Rezende, 2016, p. 9).

Enquanto cruza este novo sertão, em 2014, Maria relembra outros sertões pelos quais já esteve. Sertões esses espalhados pelo mundo, mas é em Olho d’Água, no nordeste brasileiro, que Maria concentra suas principais lembranças, narrando uma vivência experienciada há quarenta anos atrás. A narrativa se organiza em dois tempos principais, o presente, no qual a personagem relata o motivo da sua viagem; e um outro, através de suas lembranças, na década de 70, no qual ela convive com os moradores de Olho d’Água enquanto espera a resolução do vereador para que comece a dar aulas a jovens adultos.

Nesse contexto, Maria reflete, através de suas lembranças, sobre o que fazia marcar a sua existência no mundo, pois “apostava-se a vida no que acreditávamos ser maior que a nossa própria vida” (Rezende, 2016, p. 10). Enviada pelo Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização), programa criado pelo governo militar brasileiro, a personagem chega em Olho d’Água aos 30 anos, nos anos 70, com o objetivo de alfabetizar jovens e adultos. A professora chega à cidade em um período ditatorial, momento em que professores e estudantes eram perseguidos pelas instituições do estado.

Na obra, a pequena cidade de Olho d’Água é descrita como um lugar de difícil acesso, suas ruas de areia solta são comparadas às dunas do Saara, explicitando que a cidade ainda não tinha sido pavimentada. Além disso, Maria relata, através do barulho constante das ruas, como o trabalho naquela cidade é exercido de maneira exaustiva. Em meio a uma realidade social que exige do sujeito inúmeras funções, o domingo era o único dia em que os moradores desse lugar descansavam, retornando no dia seguinte ao mesmo ciclo. O trabalho com a tecelagem de redes é o que movimenta a economia da cidade. Aos homens, cabe a pintura das redes; às mulheres, o tear.

Os sujeitos que ali moravam viviam, em geral, uma vida dura, comiam o básico e não tinham acesso à água. Nesse contexto, a realidade era diferente para alguns sujeitos da região. Para uns, havia fartura; para outros, apenas o desejo de melhores condições de vida, incluindo o direito básico à água. Naquele distrito, o Vereador e o Dono eram responsáveis por gerir a sobrevivência das pessoas. Ao vereador, cabiam as decisões relacionadas à educação; ao Dono, o acesso à água. Essa relação era baseada em interesses e favores, pois um dependia do outro. O vereador, das doações para campanha eleitoral; e o Dono, da permanência da falta de água para vendê-la. As vivências culturais se davam a partir de uma pequena experiência cinematográfica, das festas populares e das histórias que Maria, disfarçada de educadora, contava de suas viagens.

Nessa dualidade entre o passado e o presente, a personagem evoca o momento em que esteve exilada em seu próprio país. Em seu primeiro contato com Olho d’Água, na década de 70, o país vivia um período ditatorial. Durante esse período, quem não concordasse com o que era imposto, era obrigado a sair de sua cidade e país, mantendo-se escondido em outros lugares. Neste contexto, Maria retoma o momento em que precisou buscar esse exílio: “por que invento agora ilusões para convencer-me de minha volta a um daqueles outros exílios que me ofereceram e não reconheço que estou neste lugar, escondido e descorado, escolhido por mim como meu próprio deserto?” (Rezende, 2016, p. 17). Ainda sobre este período, Maria discorre:

[...] decidi tomar o caminho de volta para minha terra e entranhar-me no sertão, escolhendo o exílio para dentro, depois de atravessar todos os lugares para onde afluíam os que precisavam e os que não precisavam fugir, sem desejar permanecer em nenhum deles, pretendi tudo saber de antemão, o que já aconteceu e o ainda por

vir, lendo tudo o que a literatura me ofereciam. Mergulhar mais funda na terra e abrir os olhos sob a superfície, porém, permitia ver uma vida miúda, insuspeitável, que não chegava à tona nos livros, obrigando-me a perguntar tudo a todos (Rezende, 2016, p. 18)

Considerando a relação autor/obra, podemos perceber uma ligação entre Maria, personagem da obra, e Rezende, a autora. Há um imbricamento entre as Marias no momento em que as histórias se cruzam. Sabe-se que a autora do romance vivenciou um roteiro parecido com o da personagem. Rezende se exilou do país após um tempo de militância, retornando no começo da década de 70. Mudando-se para o nordeste, no agreste paraibano, dedicou-se à educação como forma de resistência durante a época repressiva da ditadura militar. Assim como em *Outros Cantos*, Rezende também encontrou dificuldades com a ausência de escolas e a tensão instaurada. No entanto, ambas buscaram construir, coletivamente, formas de ensino que atendessem a necessidade do aluno e o libertassem.

Esse discurso expõe, por meio da literatura, a arbitrariedade desses contextos ditatoriais em que as pessoas precisam abdicar de suas vidas por medo de exercer as suas crenças e ideologias. Esse discurso acontece na obra com o estabelecimento dos vínculos entre passado e presente. Em *A literatura como arquivo da ditadura brasileira* (2017), Figueiredo discute o papel da literatura enquanto “elemento ativo na transmissão da memória para que não se apague aquilo que afetou a vida das pessoas” (Figueiredo, 2017, p. 46). Sobre sua militância, Maria relata no início do livro:

[...] somente Maria, um dos nomes que certamente me pertenciam [...] o nome que declarei ao chegar, nem sei mais a quem, para servir-me como senha, fazer-me uma entre todas as outras Marias do lugar onde eu devia esconderme, tornar-me como um peixe dentro d’água, preparar o terreno para quem viesse depois de mim (Rezende, 2016, p. 16).

No fragmento, é possível perceber que a atuação da personagem enquanto militante é narrada de maneira contida, principalmente quando relata o uso de codinomes. É no desenrolar da narrativa que Maria dá indícios que não compactua com o programa Mobral, estando ali apenas como oposição ao governo. Diante disso, ela planeja implementar, com base no método de Paulo Freire, práticas educativas que levem os moradores daquela região a refletirem sobre a desigualdade social que ali se perpetua. Sabemos que é a partir do conhecimento que construímos ferramentas para a transformação da nossa realidade social, conscientizar aqueles sujeitos poderia despertá-los para as opressões a que eram submetidos.

Retomando a narrativa para o presente, a personagem revela que o motivo da sua viagem por aqueles sertões diz respeito ao convite de um sindicato de trabalhadores rurais para uma palestra em que o foco seria “ajudá-los numa reflexão crítica sobre o pensamento dominante e a influência da mídia televisiva” (Rezende, 2016, p. 75) para poderem “lutar por uma proposta educacional adequada à realidade sertaneja” (Rezende, 2016, p. 75). Considerando o período ditatorial da década de 70, a educadora jamais poderia debater tais temáticas. A narradora explana sua alegria ao se perceber realizando essas discussões enquanto rememora o passado.

Quando chegou a Olho d’Água, a adaptação de Maria à cidade foi mais tranquila com a presença de Fátima, amiga que a ajudou nos momentos em que ela esteve mais vulnerável. A personagem precisou se adaptar à realidade daquele lugar, construindo relações com os moradores e buscando ajudá-los no que precisassem. Maria alegrava-se em contribuir de alguma forma com o lugar, para ela era imprescindível “buscar a cada dia atingir a econômica precisão dos gestos de Fátima, até que se tornassem um ritual perfeito de culto à vida cotidiana e aos poderes de Deus que, ali, tão claramente a mantinham como milagre. (Rezende, 2016, p. 28). Embora tenha ido com o objetivo de ensinar aqueles moradores, para

preparar o terreno para a revolução, ela conseguia ver beleza onde havia escassez. Sobre isso, a narradora declara:

Aprendia a viver ali, retomava esperanças, ia, aos poucos, deixando descansarem em paz os meus mortos e perguntando-me quando seria capaz de saber o que fazer para transformar em nova vida as injustiças e dores. (Rezende, 2016, p. 29).

Importante perceber que Maria, embora estivesse em Olho d'Água para ensinar, aprendeu sobre o povo e sobre a cultura do lugar. Nesse sentido, podemos conceber o movimento freireano, pois ela aprende ao mesmo tempo que ensina. A partir dessas relações estabelecidas com os moradores e sem acesso à escola, Maria passou a contar histórias da sua vida. Ela contou sobre suas experiências no Saara, sobre o cuscuz de sêmola, sobre a arte de tecer, o deserto de Zacatecas, com seus cactos e garranchos. Com isso, os residentes daquele lugar começaram a relacionar aquelas histórias com as suas vivências, disse um deles sobre os cactos no deserto “como nossa caatinga”. Ao falar sobre o rio, discorriam sobre a água e como a falta dela os faziam prisioneiros do “dono” dela:

Como o rio seco daqui, que só enche quando chove nas cabeceiras. Se a gente tivesse essas cisternas... Mas aqui o chão é só pedregulho e areia. Se tiver pedra firme é só lá no fundo, já bem de junto do inferno, e o homem nunca vai construir de cimento uma coisa boa dessas pra acabar com o comércio d'água que pra ele é só lucro (Rezende, 2016, p. 30)

Neste momento, podemos perceber que relacionar as problemáticas do vilarejo com as histórias contadas por Maria, fazia com que os moradores refletissem sobre suas realidades. Para Freire (2019), é importante aproveitar a experiência dos alunos em áreas descuidadas pelo poder público, pois, mediante essa vivência, é possível elaborar uma crítica social concreta. Quando a professora chega em Olho d'Água, poucos eram aqueles com interesse em aprender algo, pois eles achavam que já sabiam o necessário para sobreviver. Com a demora do poder público em disponibilizar condições para realizar o seu trabalho e a efetivação do seu contrato, Maria passou a viver como cidadã de Olho d'Água, conhecendo seus costumes e tradições, criando vínculos com seus moradores. Sobre o “direito de ficar” naquele lugar, foi pedido que Maria “pusse a funcionar seu tear de palavras, desenrolasse e refizesse as meadas de histórias do vasto mundo” (Rezende, 2016, p. 31):

Isso lhes interessava muito mais do que a minha promessa de lhes ensinar o abecê, justificativa pública da minha presença ali naquele canto do mundo. Em troca, aos poucos, começaram a devolver-me as suas próprias histórias, a percorrer as páginas dos folhetos de feira passados de geração em geração e lidos no escuro com olhos pousados nas estrelas. (Rezende, 2016, p. 31-32)

Diante do exposto, podemos perceber a importância dessas histórias narradas na construção da relação entre a professora e os moradores. A disposição de Maria em conhecê-los e a disponibilidade em contar e recriar histórias, fez com que os sujeitos se interessassem cada vez mais no que a professora tinha a dizer. Essa relação de escuta e respeito, tornava Maria uma educanda naquele universo discrepante de realidades tão diversas. Segundo Freire (2019), “aprender precedeu ensinar ou, em outras palavras, ensinar se diluía na experiência realmente fundante de aprender”. Essa relação dialógica entre a educadora e o povo de Olho d'Água se aproxima da percepção de educação enquanto ferramenta de humanização. Para Maria, as histórias narradas pelos moradores a aproximava cada vez mais do sentimento de pertencer a um povo.

Em um momento do romance, há a discussão com os moradores sobre quem “comanda” o lugar onde vivem. Eles apontam que há um responsável “dono mesmo, “de papel passado”, disseram, dono da vida e da morte naquele território que eu ousara invadir sem saber o que fazia” (Rezende, 2016, p. 32). Na obra, a água é o bem mais precioso, tornando-o quem a possui dono de tudo. Esse bem, que é um direito básico de todos os

sujeitos, se torna propriedade privada. Considerando a realidade social daquele lugar, podemos perceber como o autoritarismo influencia diretamente na construção hierárquica entre quem tem e quem obedece, fazendo com que os oprimidos tenham acesso ao mínimo. Ainda sobre isso, a narradora continua “era preciso a labuta de uma família inteira, a vida inteira, era preciso a herança familiar de um tear próprio, só para pagar a ração mínima de líquido durante os longos meses de estio” (Rezende, 2016, p. 33). Sobre o poder das práticas opressoras, Freire expõe:

O que interessava ao poder do opressor é enfraquecer os oprimidos mais do que já estão, ilhando-os, criando e aprofundando as cisões entre eles, através de uma gama variada de métodos e processos. Desde os métodos repressivos da burocracia estatal, à sua disposição, até as formas de ação cultural por meio as quais manejam as massas populares, dando-lhes a impressão de ajuda (Freire, 1987, p. 80).

No excerto, podemos perceber esse manejo na figura do vereador na demora para viabilizar o espaço para as aulas da professora, na estrutura sucateada oferecida aos alunos, na intencionalidade do político em alfabetizar adultos no desejo de contabilizar votos e na retenção do título de eleitor dos moradores. Diante desse contexto, era difícil que a professora enxergasse possibilidades de mudanças para aquelas pessoas. Sobre a demora em atuar como professora, Maria disserta:

O vereador não dava sinal. O trabalho que tinha sido oferecido era de manter uma turma do Mobral. Até então, porém, nem contrato, nem material ou local de trabalho e, pior, nem a modestíssima ajuda de custo prometida. O pretexto para minha presença naquele lugar começa a perder consistência, o que não parecia ser um problema para o povo, eu já era parte deles, quase natural. Mas havia o Dono, seus prepostos e sabe Deus quem mais por trás deles, a indagar, talvez, quem era e o que viera ali fazer aquela mulher assim tão diferente e solta no mundo (Rezende, 2016, p. 104).

Maria tentava ensinar da maneira que podia “escrevendo, com uma varinha na areia, o beabá que tantos deles sabiam cantar, mas a luz era fraca, os olhos cansados de tanto sol no dia inteiro de trabalho” (Rezende, 2016, p. 129). Embora quisessem participar das aulas improvisadas, o povo não conseguia manter o ritmo diante de tanto percalço em seus dias. Quando enfim teve acesso ao que seria o seu ambiente de trabalho, não encontrou o esperado “aquilo seria a minha escola, e tive a tentação de protestar ou desanimar e recusar-me, mas um ruído de motor me deteve e, milagre!, acendeu-se uma lâmpada elétrica na minha agora luxuosa sala de aula. (Rezende, 2016, p. 138). Neste momento enxergamos a beleza da educação que, embora em um ambiente muitas vezes sem estrutura adequada, continua sendo um universo de possibilidades.

Apesar do material recebido ser uma versão do método criado por Paulo Freire, a professora foi orientada a reduzir o conteúdo. Maria, porém, sabia que faria muito mais do que o proposto, iria “muito mais longe, despertar, eu acreditava, a consciência e a força do povo para mudar aquele mundo de injustiças” (Rezende, 2016, p. 139). Maria observa a proposta de atividade com palavras e observa a primeira contradição, o material sugere “tijolo” em um “mundo de taipa”. Dessa forma, a educadora tenta alinhar o método freireano relacionando o estudo com a realidade dos alunos. Mesmo com a escola e a presença dos alunos, Maria ainda não enxergava no seu trabalho o verdadeiro sentido da educação. A respeito disso:

[...] Minhas tentativas de conscientizá-los, como propunha o mestre educador, porém, esbarravam-se sempre na doutrina que lhes tinham destilado por séculos, “A vida é assim mesmo, o que Deus fez a gente tem que aceitar, Ele sabe por que a gente nasceu pobre para viver pobre até chegar no céu”. Já se falava em eleição, e tentei fazê-los refletir e questionar as práticas políticas, conforme minha cartilha de educadora revolucionária. “Quem é o candidato a prefeito? Já o conheceram?” Claro

que sim, filho e neto de prefeitos, era o candidato pela segunda vez. “Lembram quem foi que ele nomeou, da primeira vez, para os cargos importantes da prefeitura?” Claro, como eu previa, mulher, sogro, a filha, o cunhado, o afilhado... “E vocês acham que isso está certo?” Certíssimo, achavam todos, as cabeças convictas, pois “se ele não ajudar nem a família dele, a quem mais vai ajudar?”. Eu esmorecia, levava dias abanando afanosamente minhas esperanças para revivar-lhes as brasas, e continuava (Rezende, 2016, p. 143).

Como aponta o fragmento, os moradores de Olho d’Água eram tão oprimidos e silenciados que não conseguiam visualizar possibilidades de melhora em suas vidas. Para além da estrutura autoritária que comandava aquele lugar, podemos perceber a influência da doutrina religiosa nessa relação do sujeito com a sua realidade. Nesse sentido, compreendemos que o processo desumanizante inclui o próprio oprimido, em que ele perde suas características e se torna um objeto “considera-se incapaz e improdutivo, desprezando-se a si mesmo, tal desprezo é provocado pela credibilidade que dá à opinião que o opressor faz dele” (Freire, 1998, p. 54).

Nota-se que os próprios sujeitos conseguem discernir que há uma hierarquia e um grupo privilegiado que está inserido no poder. Dessa forma, a professora procura conscientizá-los fazendo-os refletir sobre esses políticos, mas a condição da opressão está tão imposta e enraizada que eles não conseguem perceber que há uma posição de dominância, fazendo com que se tenha essa perpetuação hierárquica. Podemos considerar, nesse fragmento, a literatura enquanto ferramenta de denúncia. A autora fala sobre essa relação de nepotismo entre o prefeito e os seus familiares, refletindo sobre esse favorecimento com os moradores e os fazendo pensar criticamente, mesmo em uma condição de opressão.

No romance de Rezende, o papel da professora e a sua militância aparece em alguns momentos durante a narrativa. Os desabafos “preparar pacientemente a vinda dos demais para fermentar, por longo tempo, a consciência, a organização, a longa luta, verdadeiramente popular” (Rezende, 2016, p. 105) da narradora evidenciam que ela tinha uma missão naquela cidade, mas sabia que aqueles que iam de encontro com a revolução “iam sendo dolorosamente dizimados” (Rezende, 2016, p. 105). A experiência vivida pela professora naquele lugar mostra como a militância se torna mais difícil em uma realidade como a de Olho d’Água.

Segundo Figueiredo (2017) o escritor constrói uma ponte entre a memória e o arquivo, fazendo com que o leitor seja um importante elemento na difusão e transmissão dos fatos históricos. Quanto ao período ditatorial e ao silenciamento que atravessavam o trabalho com a educação e a necessidade de se reinventar, Maria discorre:

Não havia atalho para cortar caminho, e toda a nossa pretensa ciência, expressa em linguagem alheia, não encontrava canal de comunicação nem convenceria os pobres e oprimidos, cuja experiência de um mundo duramente concreto contradizia qualquer ideário abstrato, importado de fora para dentro e de cima para baixo. Havia que aprender tudo para poder ensinar. Não havia fórmula já testada nem manual a seguir. Inventar fazendo, era o jeito. (Rezende, 2016, p. 106).

Com relação à possibilidade de ensinar em uma perspectiva inovadora, o trabalho traçado por Maria permaneceu, muitas vezes, no plano das ideias, configurando uma significativa distância entre o ideal e o real. A professora escapava dos seus fantasmas tentando se manter no presente daquela narrativa. As dificuldades que os moradores de Olho d’Água enfrentavam os faziam perder o sentido real do que é viver, naturalizando determinadas violências e perpetuando a exclusão social daquele lugar. Mesmo exercendo o ofício de ensinar e aprender mutuamente, ainda parecia impossível romper as estruturas que sustentavam aquele lugar.

Com as dificuldades encontradas, a professora buscava formas de trabalhar contrárias ao imposto oferecido pelo programa Mobral, construindo pontes para um ensino mais

reflexivo. Apesar das expectativas com o trabalho, a educadora percebia que “as mudanças eram muito mais lentas que nos sonhos” (Rezende, 2016, p. 144). O trabalho não durou muito tempo, pois Maria deixou Olho d’Água, após alguns camaradas terem sido presos em cidades próximas pelas Forças Armadas. Temendo o mesmo fim, a protagonista parte, sem ter conseguido desenvolver plenamente o trabalho para o qual foi designada.

Diante do contexto ditatorial, Maria precisou, mais uma vez, exilar-se. Nesse momento, os moradores puderam demonstrar que, mesmo em pouco tempo, conseguiram refletir sobre o período que viviam. Foram eles que a ajudaram, construindo o seu roteiro de fuga “Maria, corra, junte suas coisas. O caminhão das redes sai às quatro, corra, pelo amor de Deus” (Rezende, 2016, p. 145). Para a professora, foi uma surpresa, pois “eles sabiam, sem saber, muito mais sobre mim do que eu imaginava” (Rezende, 2016, p. 145).

Norteando-se por esta presença demarcada da figura da professora e dos sujeitos silenciados, compreendemos que a personagem de Rezende parece ter aprendido muito mais do que ensinado de fato. Maria não levou apenas sua mochila, segundo ela “cuidei de agarrar tudo o que pude das utopias esfarrapadas, outros fios rotos com que urdir novos sonhos, por certo menores e mais humildes, ao rés do chão, mas vivos” (Rezende, 2016, p. 145). Que Rezende continue escrevendo sobre personagens professoras que acreditam em uma educação “alicerçada na paciência e na esperança”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da narrativa de “Outros Cantos”, de Maria Valéria Rezende, podemos conceber a importância da literatura e da educação contra o avanço do autoritarismo. Sabemos que o próprio fazer literário que se preocupa em retratar esses períodos contribui e se caracteriza como uma ferramenta para o enfrentamento da opressão. Na personagem Maria, podemos perceber como a sua militância muitas vezes é usada como instrumento na busca por uma mudança social em Olho d’Água. É na educação que Maria encontra sua principal tática para construir questionamentos e transformar as opressões vivenciadas em lutas. Todavia, é no chão da realidade que ela descobre que essas arbitrariedades vão além dos seus estudos ou do que ela é capaz de ensinar, com isso, ela aprende muito mais com aqueles sujeitos do que poderia aprender nos seus livros ou em suas viagens.

Assim como a educação, a literatura nos permite viver um universo de possibilidades, formando uma base cultural e pessoal, desenvolvendo uma percepção mais aguçada do indivíduo e permitindo que ele possa ter acesso a todas as emoções possíveis de maneira mais humanizada. A narrativa, que é permeada por memórias, discute a literatura e a educação atreladas à política, mostrando a importância assumida por Rezende de recuperar esse olhar para a luta pela democracia e por um Brasil que priorize a educação emancipatória dos sujeitos.

Por fim, ressaltamos que obras como “*Outros Cantos*” são importantes na difusão de uma literatura que não permite o esquecimento de um momento tão doloroso na história do Brasil. Maria Valéria Rezende, assim como a educação, é uma revolucionária. Não apenas por escrever sobre isso, mas por nos fazer continuar lutando.

REFERÊNCIAS

Adorno, Theodor W. Educação após Auschwitz. In: ___ **Educação e Emancipação**. 3ª Ed. São Paulo: Paz e Terra. Tradução de Wolfgang Leo Maar p. 119-138, 2003.

Adorno, Theodor W. Palestra sobre lírica e sociedade. In: **Notas de literatura I**. Trad. Jorge de Almeida. São Paulo: Ed. 34/Duas Cidades, 2003.

Almeida, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

Candido, Antonio. **A literatura e a formação do homem.** Ciência e Cultura, São Paulo, v. 24, n. 9, p. 803-809, set. 1972.

Candido, Antonio. **O direito à Literatura.** In: Vários escritos. 4. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2004.

Chauí, M. S. O mal-estar na universidade: o caso das humanidades e das ciências sociais. In: **Escritos sobre a universidade.** São Paulo: Editora UNESP, 2001.

Fernandes, Florestan. A Educação na sociedade Brasileira. In: **Educação e Sociedade no Brasil.** São Paulo: Dominus/EDUSP, 1966.

Freire, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 73ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

Freire, Paulo. **Pedagogia da autonomia.** 62ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

Freire, Paulo. **Pedagogia como prática da liberdade.** 46ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

Figueiredo, Eurídice. **A literatura como arquivo da ditadura brasileira.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

Guedes, M. E. F. Gênero, o que é isso?. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 15, n. 1-3, p. 4-11, 1995.

hooks, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

Rezende, Maria Valéria. **Outros cantos.** Rio de Janeiro: Alfaguara, 2016.

Schwarz, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro.** 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, dedico essa pesquisa à minha família. Minha mãe, chuva que molha o sertão do meu coração, que me apoia em todas as minhas escolhas e sempre priorizou a minha felicidade independente de qualquer coisa. Me deixar livre para ser quem sou sempre foi sua forma mais bonita de amar. Minha irmã, Dandara, por ser a pessoa que eu mais admiro na vida, fonte de inspiração diária, companheirismo e amor incondicional. Meu irmão, Daniel, pelo amor e respeito de sempre. Às minhas tias, Janja e Landa, por estarem comigo nos momentos que eu mais precisei. Aos meus primos e sobrinhos amados, por me ensinarem desde cedo o que é amar. Obrigada por manterem a esperança viva em mim. Amo vocês.

Dedico também aos meus amigos que, estando longe ou perto, nunca deixam de se fazer presentes, em especial Rodrigo Mariano, Mirela, Nicole, Danilo, Raphael, Rodrigo, Ângela, Ana, Caio, Lian, Albanísia, Alberson, Adailton, Keilla, Maelson, Bruno, Igor, Elison, Anderson, Lucas, Diego e Laurentino. Obrigada pelos afetos construídos e pelos melhores anos da minha vida. Para esquecer vocês, ainda vou levar uma vida e meia.

Aos presentes das letras, minhas amigas, Gisdênia, Jaqueline, Camila, Mayara, Gabi, Geovana e Ially. Obrigada pelo carinho, confiança e força nas batalhas e glórias diárias. Os anos foram mais fáceis com vocês.

Ao projeto “Nas Asas da Leitura”, por ser a minha casa por dois anos. Participar da extensão universitária foi extremamente importante em minha trajetória acadêmica, sendo uma espécie de universidade para além da universidade. O Asas me permitiu ter as primeiras possibilidades na universidade, na escola, em eventos acadêmicos e na minha formação enquanto profissional. Agradeço imensamente todas as oportunidades que me foram dadas, a confiança e o respeito que Kalina e Ana sempre depositaram em mim.

Dedico a todos os professores que marcaram a minha graduação de alguma forma. À Fabíola, por me permitir ser sua monitora, me auxiliando e aconselhando como pesquisadora. À Marcelo que, através do GRUPEO, me fez compreender e amar a literatura popular que vem das margens. À Hermano, por supervisionar um estágio que nos aproxima da docência de uma forma prazerosa. À Diógenes, por me fazer ficar cada vez mais apaixonada pela literatura contemporânea. À Monalisa, por orientar o meu projeto inicial com paciência e respeito pela minha escrita. Agradeço imensamente.

À banca examinadora composta pela profa. Dra. Silvana e pela profa. Dra. Ana Lúcia, por serem referências de competência e humanidade. Agradeço pela disponibilidade em avaliar o meu trabalho e por todas as contribuições em minha formação.

À minha orientadora, Profa. Dr. Kalina Naro Guimarães, pela dedicação e paciência. Não apenas nesse trabalho, mas durante o percurso. Apesar de não ter sido sua aluna na graduação, a extensão me possibilitou trocas e orientações que levarei sempre comigo. Não houve uma única conversa em que eu não saísse em êxtase. Obrigada pelas discussões, provocações e por reforçar meu interesse por uma literatura que humaniza e transforma.

À Maria Valéria Rezende, expresse minha gratidão por me ensinar que a educação e a literatura transcendem os limites das palavras. Obrigada por me fazer compreender que, maior que os duros fatos, só a força dos sonhos e da fantasia. Que o encantamento das letras me permita ter esperança para resistir e lutar sempre.

“Para induzir o sonho dentro de um pesadelo
Entre um traçante e outro
Dilatar o tempo e imaginar um mundo novo”.
(Primavera - Don L)